



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Simulado Final
TRT MG
Analista Judiciário
Oficial de Justiça Avaliador
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT MG – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TRTMG;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TRTMG;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-AJ-OJA-15-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrcio Dutra**

Nos últimos anos, verificou-se um aumento na incidência de acidentes vasculares cerebrais (AVC), conhecidos popularmente como derrames cerebrais. Entre os principais fatores de risco para a ocorrência de AVC, citam-se a hipertensão arterial, o colesterol elevado, a obesidade, o sedentarismo, o diabetes melito, o tabagismo e o uso de anticoncepcionais.

O derrame cerebral é a causa mais frequente de problemas crônicos em indivíduos adultos, em todo o mundo. Aproximadamente um terço das pessoas que sofrem um AVC permanece com alguma alteração na função motora, sensorial, perceptiva, no comportamento ou na comunicação, sendo muito comum a afasia, distúrbio que consiste na dificuldade de expressão e(ou) compreensão da linguagem falada e(ou) escrita. O grau de comprometimento da linguagem varia de acordo com a localização e a extensão da lesão adquirida no cérebro.

Um dos tipos de afasia, denominado afasia motora eferente ou afasia de broca, caracteriza-se pela dificuldade de falar, apesar de a compreensão da linguagem ficar preservada. A capacidade de construção das frases é bastante prejudicada, assim como a de nomeação de pessoas e objetos. A escrita e a leitura em voz alta também podem ficar muito comprometidas, porém a leitura silenciosa é executada normalmente. Os pacientes têm consciência do seu déficit e, em consequência disso, frustram-se facilmente.

Outro tipo de afasia, a sensorial ou de Wernicke, consiste na dificuldade de compreensão da linguagem. A fala é fluente, porém o discurso é vago, sem muito sentido, fora do objetivo da conversa. Podem existir parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra ("caneta" por "lápiz") ou de um som por outro ("gato" por "pato"). A compreensão da leitura também pode ser prejudicada. Em geral, essas pessoas não se dão conta do seu problema.

As alterações na comunicação interferem diretamente na qualidade de vida do sujeito afásico porque comprometem sua participação social e afetam tanto a estrutura familiar quanto a profissional, sendo a depressão uma consequência comum nesse caso.

Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. O tratamento é terapêutico e deve ser realizado

por uma equipe multiprofissional. O fonoaudiólogo é fundamental nesse processo de reabilitação, pois é o responsável por estimular as capacidades linguísticas desses pacientes. O terapeuta ocupacional deve atuar para promover a autonomia do sujeito afásico e sua reinserção no contexto familiar, social e profissional.

Quando o paciente se sentir deprimido ou apresentar algum sintoma de ordem psicológica, deve ser acompanhado por psicólogo. Recomenda-se que a reabilitação se inicie logo que os sintomas apareçam, pois, assim, pode-se obter uma melhor resposta do cérebro. Os resultados do tratamento e sua duração dependem da extensão da lesão, do grau de comprometimento das funções neurológicas, da saúde geral do afásico e de sua motivação. Vale ressaltar a importância do envolvimento dos familiares e amigos para a evolução terapêutica.

01. Na primeira oração do texto, a partícula 'se' é:

- a) índice de indeterminação do sujeito.
- b) partícula apassivadora
- c) pronome reflexivo
- d) parte integrante do verbo
- e) partícula expletiva

02. Sobre as informações presentes no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Há diversos tipos de afasias, mas o texto somente aborda dois.
- b) A localização da lesão no cérebro é preponderante para se analisar a gravidade da lesão.
- c) Os pacientes que apresentam a afasia de broca necessitam de acompanhamento terapêutico, devido à depressão.
- d) Uma equipe multidisciplinar é fundamental para o êxito do tratamento, estando entre eles: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo.
- e) Obesidade e hipertensão são exemplos de consequências do AVC.

03. Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias.

Nesse trecho, se o verbo 'há' fosse substituído por outro verbo, teríamos com correção gramatical:

- a) existe
- b) ocorrem
- c) existem
- d) tem
- e) têm

04. A fala é fluente, porém o discurso é vago, sem muito sentido, fora do objetivo da conversa.

O conectivo destacado apresenta valor de:

- a) adição
- b) condição
- c) oposição
- d) concessão
- e) tempo

05. Podem existir parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.

A oração acima poderia ser reescrita, com manutenção da correção e do sentido por:

- a) Podem existirem parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.
- b) Podem haver parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.
- c) Pode haver parafasias, ou seja, trocas de uma palavra por outra.
- d) Pode existir parafasias, isto é, substituições de uma palavra por outra.
- e) Vão existir parafasias, isto é, trocas de uma palavra por outra.

06. afetam tanto a estrutura familiar quanto a profissional...

As expressões destacadas apresentam valor de:

- a) comparação
- b) adição
- c) consequência
- d) oposição
- e) conformidade

07. A capacidade de construção das frases é bastante prejudicada, assim como a de nomeação de pessoas e objetos.

Assinale a alternativa abaixo em que o termo destacado pertença à mesma classe gramatical que o grafado acima:

- a) Ele sempre teve muito dinheiro.
- b) A turma mais dedicada passa.
- c) Mais alunos acertaram essa questão.
- d) Tenho bastante livro.
- e) Qualquer aluno entende esse tipo de assunto.

08. A ideia expressa pelas palavras destacadas está corretamente interpretada entre parênteses, EXCETO em:

- a) Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. (=existir)
- b) Quando o paciente se sentir deprimido ou apresentar algum sintoma de ordem psicológica. (=psíquico).
- c) O terapeuta ocupacional deve atuar para promover a autonomia do sujeito. (=durabilidade)
- d) Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. (=Medicações)
- e) Os pacientes têm consciência do seu déficit. (=deficiência).

09. As alterações na comunicação interferem diretamente na qualidade de vida do sujeito afásico porque comprometem sua participação social.

O termo sublinhado exerce a função de :

- a) Objeto direto
- b) Sujeito
- c) Predicativo do sujeito
- d) Complemento nominal
- e) Aposto

10. Entre os principais fatores de risco para a ocorrência de AVC, citam-se a hipertensão arterial, o colesterol elevado, a obesidade, o sedentarismo, o diabetes melito, o tabagismo e o uso de anticoncepcionais.

O período acima está na mesma voz verbal que:

- a) Ele tem encontrado pessoas queridas.
- b) Necessita-se da sua ajuda.
- c) Ele se prejudicou muito com a declaração para a mídia.
- d) Ele é bastante parecido com o pai.
- e) Hoje foi observado o seu comprometimento.

11. O tratamento é terapêutico e deve ser realizado por uma equipe multiprofissional.

O termo sublinhado exerce a função de:

- a) complemento nominal.
- b) objeto indireto.
- c) predicativo do sujeito.
- d) agente da passiva
- e) sujeito.

12. Em geral, essas pessoas não se dão conta do seu problema.

Na frase acima, há um caso de próclise obrigatória.

Assinale abaixo a alternativa em que o mesmo fenômeno ocorre:

- a) Para me dizer, é que já sabiam a história.
- b) Alguns empresários o mantêm na experiência.

- c) É preciso que me aqueça neste inverno.
- d) Eles nos disseram a verdade.
- e) Eu acordei cedo e me exercitei.

13. Aproximadamente um terço das pessoas que sofrem um AVC permanece com alguma alteração na função motora

O termo destacado acima é:

- a) pronome relativo
- b) partícula expletiva
- c) conjunção integrante
- d) preposição
- e) advérbio

14. Assinale a alternativa corretamente pontuada:

- a) De acordo com o gerente de Saúde e Segurança do Trabalho da Cemig, João José Magalhães Soares as pessoas nunca devem se aproximar de fios no chão ou tentar retirar restos de árvores sobre veículos.
- b) Caso as pessoas se deparem com um fio partido elas não podem se aproximar ou tocar, no cabeamento.
- c) Dessa forma, a Cemig vem mais uma vez, orientar a população sobre os cuidados que todos devem ter em relação a ocorrências na rede elétrica que envolvam situações de fios partidos.
- d) Em um acidente de carro, em que haja a derrubada de cabos de energia na lataria ou no entorno as pessoas podem se desesperar.
- e) No período chuvoso, as ocorrências com fio partido tendem a aumentar em função de situações típicas dessa época – geralmente provocadas por ventanias e tempestades fortes.

15. Em um acidente de carro em que haja a derrubada de cabos de energia na lataria ou no entorno, as pessoas podem se desesperar e querer deixar o automóvel o mais rápido possível.

O termo destacado pode ser corretamente substituído por:

- a) no qual
- b) onde
- c) na qual
- d) nas quais
- e) em cujo

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. No Windows, é possível ativar um menu a direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde a tecla de atalho padrão para essa opção:

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

17. No Writer, o item  permite ao usuário acessar a função de:

- a) Inserir imagens on-line.
- b) Inserir fórmulas.
- c) Inserir caracter especial.
- d) Alternar entre exibir e ocultar os caracteres não imprimíveis.
- e) Inserir gráficos.

18. No Calc ao pressionar as teclas CTRL + F2 o usuário terá acesso ao menu:

- a) "Função" que está no menu "Inserir"
- b) "Fórmula" que está no menu "Inserir"
- c) "Função" que está no menu "Editar"
- d) "Abrir" que está no menu "Arquivo"
- e) "Fórmula" que está no menu "Exibir"

19. No serviço de email é possível realizar tanto o envio quanto o recebimento de mensagens. Comumente temos os protocolos que são responsáveis por esse serviço específico. Marque a letra que apresenta apenas protocolos usados no serviço de email.

- a) TCP, UDP
- b) IRC, POP
- c) POP, SMTP, INAP
- d) POP, SMTP
- e) IRC, FTP

20. No Google Chrome o usuário digitou a opção "Belo Horizonte" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Belo Horizonte" escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Belo Horizonte".
- d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Belo Horizonte".
- e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Belo Horizonte" escrita dessa forma e nessa sequência.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

21. Sobre as licenças a serem concedidas ao servidor público, à luz da Lei n. 8.112/1990, é incorreto afirmar

- a) A licença por motivo de doença em pessoa da família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário
- b) a licença por motivo de afastamento do cônjuge, quando concedida, será por prazo indeterminado e sem remuneração
- c) a licença para atividade política deixa o servidor licenciado e sem remuneração
- d) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, mantida sua remuneração
- e) servidor que esteja em estágio probatório não tem direito de gozar de licença para tratar de interesses particulares

22. Leia as afirmativas abaixo, referentes à Lei n. 9.784/1999:

I. São tidos como princípios da administração pública, a legalidade, o interesse público, a moralidade, eficácia dos atos, a finalidade, a razoabilidade e a motivação, dentre outros princípios expressos.

II. Os processos administrativos observarão ao critério da impulsão, de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.

III. Em regra, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a I está correta

b) I e II estão corretas

c) I e III estão corretas

d) II e III estão corretas

e) todas as alternativas estão corretas

23. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal n. 13.709/2018, é INCORRETO o que se afirma em

- a) a LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural
- b) a autodeterminação informativa é um dos princípios mais relevantes da norma
- c) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos
- d) entende-se por dado pessoal, toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável
- e) é dispensável o consentimento do titular para o tratamento do dado quando se tratar de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas

24. Sobre o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pode-se afirmar que

- a) o Tribunal Regional do Trabalho e os juízes do trabalho são órgãos do Tribunal
- b) as sessões do Tribunal Pleno serão públicas e, para a instalação delas, será exigido *quorum* de metade mais um de seus membros efetivos, já contando com o desembargador que as estiver presidindo
- c) as deliberações do Tribunal Pleno serão tomadas por maioria absoluta, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Regimento
- d) nos julgamentos do Tribunal Pleno, o presidente da sessão é proibido de votar
- e) o Órgão Especial, que exerce competência delegada do Tribunal Pleno, compõe-se de 20 (vinte) desembargadores, respeitada a representação de advogados e membros do Ministério Público do Trabalho

25. De acordo com o Código de Ética Profissional dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região,

- a) o servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deve se comprometer a conhecer a missão e os valores institucionais e interagir com a política de gestão estratégica do Tribunal, com a finalidade de atender ao interesse particular
- b) ao ingressar no serviço público, o servidor será cientificado da existência do Código de Ética, comprometendo-se informalmente de assumi-lo
- c) O servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deve pautar suas ações pela ética, moralidade, compromisso social, eficiência, proatividade, pessoalidade, transparência, publicidade e responsabilidade socioambiental
- d) o servidor deve comprometer-se a respeitar a hierarquia, se omitindo de representar contra ato antiético, comissivo ou omissivo

- e) ao servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é vedada a utilização de recurso disponibilizado pelo Tribunal, ou mesmo de aparelhos tecnológicos particulares, para acesso às redes sociais, quando houver comprometimento da produtividade e a qualidade do trabalho

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

27. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

28. A respeito da organização da Administração Pública, é correto afirmar que a Administração indireta pode ser estruturada por meio da

- a) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme o caso, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
- b) criação de pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público ou direito privado, sempre criadas por lei.
- c) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, desvinculadas hierarquicamente da Administração direta.
- d) autorização para a criação de autarquias com personalidade jurídica de direito privado, sem vínculo hierárquico com seu ente instituidor.
- e) criação de órgãos que se vinculam hierarquicamente à Administração Direta.

29. O princípio da motivação, que figura entre os princípios implícitos da Administração Pública, não será violado diante da edição de ato administrativo, sem motivação, na seguinte hipótese:

- a) anulação de ato administrativo eivado de ilegalidade.
- b) exoneração de servidor em estágio probatório.
- c) indeferimento de gozo de férias de servidor público.
- d) revogação da designação de servidor para exercício de função de confiança.
- e) indeferimento de licença para o exercício de atividade fragrantemente ilegal.

30. Os poderes hierárquico e disciplinar guardam grande proximidade, uma vez que este é consequência daquele. Dessa forma, pode-se afirmar corretamente que

- a) o poder disciplinar exige a existência de vínculo jurídico entre a Administração Pública e o infrator a fim de que possa fundamentar a aplicação de penalidade no caso em concreto.
- b) o poder hierárquico, que dá origem ao poder disciplinar, prevalece sobre este.
- c) ambos só se aplicam quando há um vínculo celetista ou estatutário com a Administração Pública.
- d) o poder hierárquico é aplicado de forma horizontal, independentemente de vínculo de subordinação.
- e) o poder disciplinar, que pressupõe a aplicação de sanções, se sobrepõe ao poder hierárquico.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

31. À luz da regulamentação celetista acerca do teletrabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, configure trabalho externo.
- b) O comparecimento de modo habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- c) Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o de teletrabalho por determinação do empregador.
- d) Em virtude do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, não poderá ser realizada alteração entre os regimes presencial e de teletrabalho, ainda que haja mútuo acordo entre as partes.
- e) O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

32. Não se considera estável no emprego:

- a) A empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- b) Os representantes dos empregados na Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.
- c) O empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes e de assédio, desde o registro de sua candidatura

até um ano após o final de seu mandato, ainda que suplente.

- d) O empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.
- e) O segurado empregado que sofreu acidente doméstico, pelo prazo mínimo de doze meses, contados da cessação de seu auxílio-doença comum.

33. No que diz respeito aos princípios do Direito Individual do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio do *in dubio pro operário* deve-se aplicar ao caso concreto, havendo mais de uma norma em vigor regendo o mesmo assunto, a que seja mais favorável ao empregado.
- b) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregador.
- c) O princípio da inalterabilidade contratual lesiva autoriza a declaração da nulidade de ato praticado com objetivo de desvirtuar a aplicação das regras justralhistas.
- d) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, atingem todos os trabalhadores sujeitos ao regulamento.
- e) A teoria do conglobamento propõe que as disposições sobre a norma jurídica sob apreciação sejam analisadas globalmente dentro de cada texto normativo, aplicando-se, ao caso concreto, o conjunto de regras mais benéfico ao empregado.

34. Acerca dos intervalos e da prorrogação da jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. A compensação de jornada por meio de banco de horas anual pode ser realizada mediante acordo escrito entre empregado e empregador.
- II. Como o limite de jornada diária poder ser estendido em no máximo 2 horas, totalizando 10 horas diárias, não se admite a jornada de 12 horas diárias, seguida de 36 de descanso.
- III. É vedada a prorrogação do trabalho do menor, exceto no caso de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.
- IV. A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza salarial, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) IV.
- d) I e II.
- e) nenhum dos itens.

35. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) desídia no desempenho das respectivas funções.
- b) continência de conduta.
- c) perda da habilitação para exercício de profissão, em qualquer caso.
- d) ato de improbidade ou de falta de publicidade no exercício do emprego.
- e) ofensas físicas praticadas no serviço em caso de legítima defesa própria.

36. Caso empregado e empregador convençionem, de comum acordo, a extinção do contrato de trabalho, o obreiro deverá receber pela metade:

- a) as férias simples e as férias proporcionais.
- b) as férias proporcionais.
- c) o valor dos depósitos junto ao FGTS.
- d) o aviso prévio trabalhado.
- e) o aviso prévio indenizado.

37. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) salário mínimo.
- b) normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) regulamento empresarial, troca do dia de feriado e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.
- d) repouso semanal remunerado.
- e) valor nominal do décimo terceiro salário.

38. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
- b) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- e) nos 7 dias que antecederem a realização de provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

39. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade, independentemente da perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a seis anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- b) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- c) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- d) A equiparação salarial não será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função.
- e) É possível a equiparação salarial ainda que o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários.

40. Julgue os itens abaixo no tocante aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado tome a iniciativa de extinguir seu contrato de trabalho, sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.
- II. O empregado não pode renunciar ao aviso prévio, mesmo que comprove ter obtido novo emprego.
- III. Nas situações em que há extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Thálius Moraes

41. Ariel foi contratado em São Paulo – SP, sede da empregadora CAMPOS LTDA., para trabalhar na filial em Belo Horizonte – MG, local no qual permaneceu por três anos, quando foi transferido para Florianópolis – SC. Após um ano, o empregado pediu demissão e voltou para Maceió – AL, cidade em que nasceu, onde fixou seu domicílio. Considerando as regras processuais do trabalho, Ariel deverá ajuizar reclamatória trabalhista em uma das Varas que pertençam à jurisdição de:

- a) Maceió, por ser o local do domicílio do empregado;
- b) São Paulo – SP, por ser o local da sede da empresa;
- c) São Paulo – SP ou Belo Horizonte – MG por ser, respectivamente, o local da contratação e da prestação de serviços;
- d) Florianópolis – SC, por ser o local da última prestação de serviços;
- e) Belo Horizonte – MG ou Florianópolis – SC, por representarem locais de prestação de serviços.

42. Em consonância com as normas legais contidas na CLT e na Constituição Federal, serão ajuizadas na Justiça do Trabalho, EXCETO:

- a) ações envolvendo direito possessório decorrente do exercício do direito de greve;
- b) ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho;
- c) ações de cobrança das contribuições previdenciárias devidas, inclusive sobre o período do vínculo empregatício reconhecido na Justiça do Trabalho;
- d) ações de execução de multa administrativa imposta pelo Ministério do Trabalho em ações de fiscalização;

e) ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

43. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial atuais, havendo ausência injustificada do reclamante à primeira audiência designada, é correto afirmar que:

- a) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.
- b) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, salvo se beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que somente poderá ser apresentada após 6 meses.
- c) o juiz aplicará a pena de confissão ficta do empregado, prolatando sentença.
- d) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.
- e) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 1% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada após 6 meses.
- e) o juiz designará nova audiência, intimando o reclamante para comparecimento, sob pena de confissão ficta quanto à matéria de fato.

44. Em relação à audiência no processo do trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Ausente o reclamado à audiência, mas presente seu advogado, serão recebidos os documentos e a contestação, sendo considerado revel e confesso quanto à matéria de fato.
- b) Não existe previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento das partes à audiência.
- c) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto, que não precisa ser empregado da parte reclamada, bastando que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente.
- d) Havendo mais de um reclamado, a revelia não produzirá efeitos se o outro réu apresentar defesa tempestivamente.
- e) Na hipótese de o juiz não comparecer, em até trinta minutos após a hora marcada para a audiência, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

45. No que concerne às partes e procuradores, é INCORRETO afirmar que:

- a) A nomeação de procurador poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com concordância da parte representada.
- b) O direito de postular em juízo, pessoalmente, sem a presença de um advogado (*jus postulandi*) não se aplica para a ação rescisória, ação cautelar, mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido quando não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

d) Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

e) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo ou se o advogado indicado não estiver inscrito no sistema do PJE (Processo Judicial Eletrônico), impedindo sua intimação.

46. Publicado acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho, de decisão que julgou parcialmente procedente o recurso ordinário interposto, entendendo que há contradição no julgado, a União, na qualidade de reclamada, deve interpor:

- a) recurso de revista, no prazo de 8 dias;
- b) embargos de declaração, no prazo de 5 dias;
- c) embargos de declaração, no prazo de 10 dias;
- d) agravo de instrumento, no prazo de 8 dias;
- e) recurso ordinário, no prazo de 8 dias.

47. Para responder a questão tenha como base a Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento jurisprudencial. Leia as assertivas abaixo:

- I. Os dissídios individuais, ajuizados em face de empresas públicas, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- II. A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- III. O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades filantrópicas.

IV. Havendo condenação subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

V. Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação, privilégio que não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

Ante o exposto:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
- b) Apenas as assertivas IV e V são corretas.
- c) Apenas as assertivas I e V são corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

48. No que se relaciona à execução no processo do trabalho, é CORRETO afirmar:

- a) Designada hasta pública, cuja data deve constar de edital afixado na sede do juízo e publicado no jornal local se houver, com antecedência mínima de dez dias, os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.
- b) É considerado terceiro, para ajuizamento dos embargos de terceiro, o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução e quem sofre constrição judicial de seus bens por força de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, do qual fez parte.
- c) Os precatórios apresentados até o dia 1º de julho de um ano serão relacionados para pagamento dentro do exercício financeiro subsequente, devendo sofrer correção monetária.
- d) A elaboração dos cálculos poderá ser realizada por perito contábil nomeado pelo juízo, em razão da complexidade, com oportunidade de vista às partes após a elaboração do laudo, para a

impugnação fundamentada, no prazo comum de 08 dias, sob pena de preclusão.

- e) Citada a massa falida, por intermédio de seu administrador, esta pode apresentar embargos à execução, independentemente de garantia do juízo, no prazo de 30 dias.

49. Quanto às disposições legais aplicáveis ao agravo de instrumento, é INCORRETO afirmar que:

- a) É cabível em face de decisão que denegar seguimento a recurso ordinário, no prazo de 8 dias.
- b) Quando o agravo de instrumento possuir a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, no ato de interposição do recurso, o depósito recursal do agravo corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- c) Na hipótese de provimento do agravo de instrumento, o Tribunal deliberará sobre o julgamento do recurso principal ao qual foi denegado seguimento, observando o procedimento aplicável ao respectivo recurso.
- d) Apresentado agravo de instrumento, a parte contrária será intimada para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo e resposta ao recurso principal.
- e) É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo incumbe às partes e não somente ao agravante.

50. A manutenção programada do PJe deve ser informada pelo Tribunal, de forma ostensiva, com pelo menos 5 dias de antecedência, a qual deverá ocorrer, preferencialmente:

- a) entre 0h e 22 h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.
- b) entre 0h de sábado e 23 h de domingo, ou entre 0h e 8h dos demais dias da semana.
- c) entre 0h de sábado e 23h 59min de domingo, ou entre 0h e 8h dos demais dias da semana.
- d) entre 0h de sábado e 22 h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.
- e) entre 0h de sábado e 23 h 59mim de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- c) O ato de disposição do próprio corpo para depois da morte é irrevogável.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se não houver intenção difamatória.
- e) O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome.

52. Com relação às espécies de obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) A solidariedade é presumida a partir da existência de uma pluralidade de credores ou devedores vinculados à mesma relação obrigacional.
- b) Se um dos credores solidários falecer, a solidariedade transmite-se aos respectivos herdeiros.
- c) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- d) A um dos credores solidários pode o devedor opor exceções pessoais oponíveis aos outros.
- e) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais.

53. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho incapaz pode depois ingressar com ação de regresso contra este.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano causado por este, ainda que resultante de culpa da vítima ou força maior.
- c) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida ficará obrigado a pagar-lhe o dobro do que houver cobrado.
- d) A obrigação de prestar reparação civil não se transmite com a herança.
- e) Em caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

54. A respeito da citação por hora certa prevista no Código de Processo Civil de 2015, marque a alternativa correta.

- a) Quando, por 3 vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- b) A citação com hora certa não será efetivada se a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.
- c) Não há a necessidade de fazer constar no mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.
- d) Não há a necessidade de expedição de carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando ciência de tudo ao réu, executado ou interessado.
- e) Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

55. De acordo com as disposições sobre citação no Código de Processo Civil de 2015, marque a alternativa incorreta.

- a) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
- b) As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de

citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

- c) A ausência de confirmação, em até 3 dias corridos, contados do recebimento da citação eletrônica, implicará a realização da citação pelo correio; por oficial de justiça; pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório; por edital.
- d) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta são obrigados a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

56. Sobre o procedimento especial de consignação em pagamento, marque a alternativa correta.

- a) Não é possível a consignação em pagamento de coisa.
- b) A competência para julgamento da ação de consignação em pagamento é o foro do domicílio do credor.
- c) Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça até o dia do respectivo vencimento.
- d) Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, em 10 dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.
- e) Julgado procedente o pedido, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

57. Acerca das disposições gerais sobre recursos no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) Todos os recursos terão o prazo de 15 dias úteis.
- c) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.
- d) O recurso pode ser interposto somente pela parte vencida e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- e) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, após o respectivo despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 dias.

58. Com relação ao disposto expressamente no CPC sobre as ações possessórias, marque a alternativa incorreta.

- a) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública. Com relação à citação pessoal mencionada, o oficial de justiça procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.
- b) Contra as pessoas jurídicas de direito público é possível a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- c) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o

juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 dias.

- d) Concedida a liminar, se essa não for executada no prazo de 1 ano, a contar da data de distribuição, caberá ao juiz designar audiência de mediação. O Ministério Público será intimado para comparecer à audiência, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça.
- e) O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

ATOS NORMATIVOS

Tiago Zanolla

59. Conforme a Resolução CSJT n. 99/2012, a designação de servidor para atuar como oficial de justiça ad hoc somente ocorrerá em decorrência de situações específicas. Com isso em mente, assinale a opção que não corresponde a uma dessas hipóteses.

- a) férias
- b) vacância
- c) impedimento justificado
- d) aumento sazonal de mandados expedidos
- e) licença.

60. Acerca do que se dispõe em Atos Regimentais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e no Provimento Geral Consolidado do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, julgue os itens a seguir

- a) Incumbe ao oficial de justiça avaliador logo após o cumprimento integral da diligência, no máximo até o dia seguinte, certificar o ocorrido e recolher o mandado à Secretaria de Mandados Judiciais, ao Núcleo do Foro ou à Secretaria da Vara do Trabalho, conforme o caso, por meio de formulário próprio.
- b) Os oficiais de justiça avaliadores são responsáveis civil, penal e administrativamente quando, por justo motivo, se recusarem a cumprir, dentro dos prazos, os atos que lhes impõe a lei e quando praticarem atos nulos com dolo ou culpa.
- c) Somente faz jus à indenização de transporte no seu valor integral o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviço externo durante, pelo menos, 30 dias.
- d) Entende-se como oficial de justiça ad hoc o servidor designado para realizar, por período certo e determinado, atribuições específicas inerentes ao cargo de analista judiciário, área judiciária, de qualquer especialidade.
- e) O servidor designado para atuar como oficial de justiça ad hoc fará jus à 50% da Gratificação de Atividade Externa.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-AJ-OJA-15-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>